

Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas

Junho 2024

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO.....	3
2. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPR.....	5
3. CONCLUSÕES.....	13

1. ENQUADRAMENTO

O Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, veio estabelecer a obrigação de as entidades públicas ou privadas com 50 ou mais trabalhadores adotarem um programa de cumprimento normativo que inclua, pelo menos, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (PPR), um código de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias. A adoção deste programa pelas entidades abrangidas procura prevenir, detetar e sancionar os atos de corrupção e infrações conexas, levados a cabo contra ou através daquelas entidades.

Tendo como objetivo responder ao RGPC, nos seus artigos 5º e 6º a Ankix formalizou e divulgou o seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRC). O PPRC reflete o trabalho desenvolvido no âmbito do Programa de Cumprimento Normativo de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas da Ankix, identifica as fragilidades e potenciais ameaças às atividades da organização e estabelece os mecanismos de controlo e as medidas preventivas e corretivas para a sua mitigação

De acordo com a obrigação legal prevista no artigo 6º, n.º 4, b) do RGPC, a execução do PPRC está sujeita a controlo, através de avaliação intercalar em outubro de cada ano e avaliação anual em abril do ano seguinte ao de referência da execução.

O presente relatório diz respeito ao ano de 2023 e pretende avaliar o grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como o respetivo estado de implementação, dando, assim, cumprimento à obrigação prevista no artigo 4.º, n.º 4 b) do RGPC.

Importa referir que em outubro de 2023 não foi elaborado um relatório de avaliação intercalar, por não ser aplicável dada a inexistência de situações identificadas de risco elevado ou máximo.

O PPR da Ankix foi aprovado pela sua Gerência e publicado na intranet e na página oficial na internet. Foi também dado conhecimento da sua publicitação a todos os colaboradores por via de comunicação interna.

No que respeita à sensibilização dos colaboradores para a temática da prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, e no âmbito do plano de formação previsto para o ano de 2024, foi realizada uma

ação de formação em janeiro de 2024 sobre o RGPC. Ao longo do ano de 2024 e seguintes e serão desenvolvidas ações de formação transversais a todos os colaboradores.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) da Ankix identifica, analisa e classifica os riscos de corrupção e infrações conexas a que a Entidade está exposta, indicando as medidas preventivas e corretivas de mitigação destes riscos.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção descreve as abordagens e princípios gerais de prevenção adotados na matriz das empresas e detalha a estrutura do sistema implementado na organização para prevenção da prática de crimes corrupção.

Não foram identificadas situações de risco elevado ou máximo no que concerne a corrupção ou infrações conexas, como previstas pelo RGPC, sendo que se considera que os controlos aplicados para cada área de risco mitigam adequadamente os riscos identificados.

Ainda que não tenha sido identificada a necessidade de mecanismos de mitigação adicionais para as situações de risco moderadas avaliadas em 6, a Ankix entendeu fortalecer o programa de prevenção do risco de corrupção e infrações conexas, numa lógica de melhoria contínua.

2. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPR

ÁREA DE RISCO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	RISCOS ASSOCIADOS	NÍVEL DE RISCO	MECANISMOS DE PREVENÇÃO	GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO	POR IMPLEMENTAR	PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO
Aquisição de Bens e Serviços	Gestão de processos de aquisição de bens e serviços e controlo de qualidade dos serviços prestados	Favorecimento de fornecedores de bens/serviços com o objetivo de retirar benefícios próprios ou para terceiros	2	Código de Conduta; Intervenção de diversos departamentos no processo de aquisição de bens ou serviços; Controlo da despesa pelo departamento Administrativo e Financeira (AF); Processo de qualificação de fornecedores decorrente da norma ISO 9001; Atualização regular da lista de fornecedores qualificados; Controlo de qualidade dos serviços prestados; Auditorias regulares por entidades externas; Processo de auditorias a fornecedores; Procedimento de avaliação prévia de risco de terceiros; Implementação de canal de denúncia. Ações de sensibilização para a confidencialidade.	90%	Ações de sensibilização para a confidencialidade	Final de 2024
		Divulgação de informação confidencial	6				
		Aquisição ou desvio de bens para proveito próprio ou de terceiro	2				
Aquisições		Corrupção ativa ou passiva	2	Código de Conduta; Procedimentos para Aquisição de Bens/Serviços; Procedimentos de controlo interno; Procedimento de avaliação prévia de risco de terceiros; Procedimentos disciplinares previstos e publicados para perpetradores de atos ilícitos; Revisão regular dos procedimentos; Implementação de canais de denúncia.	100%	N/A	

ÁREA DE RISCO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	RISCOS ASSOCIADOS	NÍVEL DE RISCO	MECANISMOS DE PREVENÇÃO	GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO	POR IMPLEMENTAR	PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO
	Verificação de conformidade dos fornecimentos de bens e serviços	Desvio de quantidades e/ou da qualidade dos bens/serviços contratados; Retenção de material por colaborador; Abuso de poder; Tráfico de influência	4	Código de Conduta; Política de utilização de recursos; Informação e sensibilização dos colaboradores; Procedimentos de controlo interno; Procedimentos disciplinares previstos e publicados para perpetradores de atos ilícitos; Processo de qualificação de fornecedores decorrente da norma ISO 9001; Auditorias regulares por entidades externas; Implementação de canal de denúncias interno.	100%	N/A	
		Contrafação	2				
Faturação de Bens/Serviços	Faturação de bens/serviços	Não registo de serviço prestado; Corrupção ativa ou passiva; Branqueamento de capitais; Desvio de fundos; Evasão fiscal	3	Código de Conduta; Registo de horas de colaborador despendidas em cliente; Reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de Evasão fiscal prevenção da corrupção e infrações conexas; Medidas de informação e sensibilização dos colaboradores para as consequências da corrupção e infrações conexas; Programa de auditorias internas e externas; Implementação de canal de denúncias interno.	100%	N/A	
	Controlo de faturação	Não registo de serviço prestado; Corrupção ativa ou passiva; Branqueamento de capitais; Desvio de fundos; Evasão fiscal	3				

ÁREA DE RISCO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	RISCOS ASSOCIADOS	NÍVEL DE RISCO	MECANISMOS DE PREVENÇÃO	GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO	POR IMPLEMENTAR	PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO
	Falha/avaria do sistema informático	Recebimento de valores sem emissão de documento de quitação pelo sistema informático.	4	Código de conduta; Plano de continuidade do negócio; Políticas internas do Sistema de Gestão; Controlos decorrentes da certificação nas normas 27001 e do SG; Reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas.	100%	N/A	
Administração	Processo decisório	Entraves à transparência; Tráfico de influência; Apropriação ou utilização indevida de bens designadamente para fins privados.	3	Código de Conduta; Reuniões do CA (Conselho de Administração) Arquivo da ATA em Repositório digital interno e em suporte de papel; Formação e sensibilização a colaboradores e dirigentes; Procedimentos de controlo interno; Controlo e aprovação das contas pelo Departamento Administrativo e Financeiro (AF); Reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas; Auditorias internas e externas aos reportes financeiros; Implementação de canal de denúncias interno	100%	N/A	
Gestão Financeira	Controlo Orçamental	Adulteração e/ou omissão de informação que condicione a representação, de	6	Código de Conduta; Formação e sensibilização a colaboradores e dirigentes; Procedimentos de controlo interno; Gestão de Acessos;	70%	Formação e ações de sensibilização interna a	Final de 2024

ÁREA DE RISCO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	RISCOS ASSOCIADOS	NÍVEL DE RISCO	MECANISMOS DE PREVENÇÃO	GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO	POR IMPLEMENTAR	PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO
	Gestão Contabilística	forma verídica e transparente, da situação financeira; Desvio de subsídio; Desvio de valores; Branqueamento de capitais; Branqueamento de capitais.		Vários níveis de validação de informação; Procedimentos disciplinares previstos e publicados para perpetradores de atos ilícitos; Controlo periódico das despesas por Unidade de Negócio; Controlo e aprovação pelo Departamento Administrativo e Financeiro (AF) Auditorias internas e externas aos reportes financeiros; Reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas; Implementação de canal de denúncias interno; Formação e ações de sensibilização interna a colaboradores e dirigentes; Implementação de medidas de controlo interno - verificação periódica e aleatória dos Processos; Potenciar e aumentar o exercício da atividade de supervisão e de fiscalização de forma constante e interventiva, de modo a garantir o cumprimento das normas em vigor e a sancionar as infrações detetadas;		colaboradores e dirigentes; Implementação de medidas de controlo interno - verificação periódica e aleatória dos Processos; Potenciar e aumentar o exercício da atividade de supervisão e de fiscalização de forma constante e interventiva, de modo a garantir o cumprimento das normas em vigor e a sancionar as infrações detetadas;	
Pessoas	Processo de recrutamento e seleção	Critérios de recrutamento e seleção ambíguos	4	Código de Conduta; Processo de recrutamento em várias fases; Participação de diversos	100%	N/A	

ÁREA DE RISCO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	RISCOS ASSOCIADOS	NÍVEL DE RISCO	MECANISMOS DE PREVENÇÃO	GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO	POR IMPLEMENTAR	PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO
		Favorecimento ilícito na escolha dos recursos humanos a recrutar	4	intervinientes no processo de recrutamento; Existência de um procedimento estruturado para o recrutamento; Controlo e aprovação final pela empresa/unidade de negócio; Auditorias internas e externas; Implementação de canal de denúncias interno. Elaboração de Plano Anual de Formação com base nas iniciativas propostas pelas diversas Unidades de Negócio atendendo às necessidades internas; Possibilidade de o próprio colaborador sugerir formações necessárias ou almejadas; Controlo, acompanhamento e avaliação das ações de formação realizadas; Certificação da DGERT; Processo de auditorias internas e externas; Implementação de canal de denúncias interno.			
	Formação profissional	Falsificação de documentos de formação	3				

ÁREA DE RISCO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	RISCOS ASSOCIADOS	NÍVEL DE RISCO	MECANISMOS DE PREVENÇÃO	GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO	POR IMPLEMENTAR	PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO
	Processamento de remunerações, abonos, descontos e processos individuais dos colaboradores	Manipulação da informação de modo a facilitar o pagamento indevido de benefícios e compensações; Risco de acesso impróprio às informações pessoais / quebra de sigilo; Risco de falhas no registo da informação das bases de dados pessoais; Evasão fiscal.	2	Código de Conduta; Gestão de Acessos; Regulamento Geral de Proteção de Dados; Controlo de entradas e saídas automático; Formação e sensibilização a dirigentes e colaboradores sobre os riscos de corrupção; Formação e sensibilização dos colaboradores em matéria de proteção de dados; Intervenção de mais do que um interlocutor no âmbito do processamento de remunerações, abonos e descontos; Controlo por departamento Administrativo e Financeiro (AF); Plano de auditorias internas e externas; Implementação de canal de denúncias interno.	100%	N/A	
Sistema de Informação	Segurança dos Sistemas de Informação; Gestão de programas e aplicações informáticas; Identificação e Autenticação de usuários; Autorização e controlo de acessos; Registos de Auditoria nos programas e aplicações	Falhas de cumprimento de Procedimentos internos de segurança em benefício próprio ou de terceiros; Uso indevido das bases de dados e informação em geral; Corrupção passiva para ato ilícito; Falhas dos colaboradores da área de sistemas de informação em benefício Médio Baixa Fraco Código de Conduta;	3	Código de Conduta; Implementação de um Sistema de Gestão da Privacidade; Monitorização contínua da segurança da Informação; Formação e sensibilização a colaboradores; Procedimentos de controlo interno; Procedimentos disciplinares previstos e publicados para perpetradores de atos ilícitos; Controlos decorrentes da certificação nas normas ISO 27001, ISO 9001 e NP 4457; Implementação de canal de denúncias interno.	100%	N/A	

ÁREA DE RISCO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	RISCOS ASSOCIADOS	NÍVEL DE RISCO	MECANISMOS DE PREVENÇÃO	GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO	POR IMPLEMENTAR	PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO
		Implementação de um Sistema de Gestão da Privacidade; Monitorização contínua da segurança da Informação; Formação e sensibilização a colaboradores; Procedimentos de controlo interno; Procedimentos disciplinares previstos e publicados para perpetradores de atos ilícitos; Controlos decorrentes da certificação nas do próprio e de terceiros.					
Jurídica	Procedimentos disciplinares	Corrupção ativa ou passiva; Não sancionamento de comportamentos ilícitos por parte de colaboradores	2	Código de conduta; Reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas; Descentralização da área jurídica para prestadores de serviços; Implementação de código de conduta para fornecedores; Procedimentos disciplinares devidamente elencados de acordo com a tipicidade de ato ilícito; Implementação de canais de denúncia.	100%	N/A	

ÁREA DE RISCO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	RISCOS ASSOCIADOS	NÍVEL DE RISCO	MECANISMOS DE PREVENÇÃO	GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO	POR IMPLEMENTAR	PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO
	Assessoria jurídica	Divulgação de informação confidencial	4	Descentralização da área jurídica para prestadores de serviços; Implementação de código de conduta para fornecedores.	100%	N/A	
	Contencioso	Divulgação de informação confidencial; Corrupção ativa ou passiva; Tráfico de influência	4	Descentralização da área jurídica para prestadores de serviços; Implementação de código de conduta para fornecedores.	100%	N/A	

3. CONCLUSÕES

Relativamente ao exercício de 2023, tanto quanto é do conhecimento, não se encontram evidências de violação de mecanismos de prevenção, deteção e resposta a casos de conduta irregular ou ilícita, os quais decorrem, consoante o caso, da lei aplicável, em vigor das normas instituídas nas empresas.

No período em análise, não foram apresentadas à Ankix, quaisquer reclamações, queixas ou denúncias, nem atos de corrupção, fraude ou infrações conexas, designadamente relacionados com os fatos referidos na alínea g), do nº 3, do art.º 2º, do Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro.

Até ao final de 2024, as medidas preventivas serão implementadas na totalidade, fortalecendo assim o programa de prevenção de risco de corrupção e infrações conexas.

A Ankix continuará a acompanhar as medidas preventivas já implementadas, em especial, as que se encontram associadas a riscos moderados.

Em resultado da análise efetuada, considera-se que o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi cumprido e os mecanismos de controlo e medidas de mitigação dos riscos implementadas pela Ankix são adequados e efetivos.